



Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Município de Paulínia

Ata da reunião ordinária dos Conselhos Administrativo e Fiscal do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Paulínia – PAULIPREV

Aos vinte e nove dias do mês de Junho de dois mil e dezessete, às dezoito horas e dois minutos, no plenarinho da Câmara Municipal de Paulínia, reuniram-se os Conselhos Administrativo e Fiscal, Diretor Presidente, Diretor Financeiro e servidores presentes, para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto conforme Regimento Interno dos Conselhos.

Pauta do dia: leitura das atas dos dias 13 e 21 de Junho de 2017, apresentação do relatório financeiro da Pauliprev aprovado pelo Conselho Fiscal; boletim informativo; contratação de auditoria e consultoria; nova sede, posicionamento sobre andamento das obras necessárias e contratação de serviços; contratação de vigilante para Pauliprev e manual de procedimentos.

O Presidente do Conselho iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e realizando a leitura da pauta do dia.

Primeiro item da ordem do dia: os conselheiros por unanimidade optaram pela dispensa das leituras das atas, visto a ciência das mesmas previamente, sendo assim aprovadas por todos. Foi solicitado a seguir pelo Presidente do Conselho uma retificação na pauta do dia, uma vez que a data correta da primeira reunião do mês de Junho, correspondeu ao dia 13 e não 11 conforme citada além da

Manis

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Manis

[Handwritten signature]

solicitação da conselheira Marcia Amnbrozini que apontou que a pauta constou apenas da convocação para a reunião do Conselho Administrativo quando da verdade a reunião ordinária correspondia aos dois Conselhos : Administrativo e Fiscal. Desta forma, tais ressalvas foram solicitadas para constarem em ata.

O conselheiro Adilson solicitou a palavra antes do inicio do segundo item , informando que na rede social, um repórter teria convocado servidores para a reunião, solicitando assim que a câmera mostrasse as pessoas presentes, para que posteriormente não fosse divulgado que a reunião não teria sido aberta à todos, o que fez o Presidente do Conselho solicitar que a câmera filmasse o plenário da reunião. O Diretor Presidente a seguir pediu a palavra citando que teria tido oportunidade de conversar no dia anterior com três jornalistas , tendo convidado os mesmos para reunião da Pauliprev, tendo a devolutiva dos mesmos que compareceriam.

Segundo item da ordem do dia: A Presidente do Conselho Fiscal Ligian apresentou então documento (com cópia para Diretoria e Conselho Administrativo) de um relatório compreendido de duas folhas ,onde apresentava a análise do primeiro trimestre de 2017 (Janeiro, Fevereiro e Março) ,acrescentando que posteriormente apresentaria cópia da ata daquele Conselho e documentos pertinentes para ciência de todos. A seguir realizou a leitura do documento: os repasses provenientes da Prefeitura e Câmara Municipal se efetivaram em dia conforme comprovantes apresentados; os valores provenientes desses repasses foram creditados na Caixa FI Brasil ref. DI Longo Prazo (repasso da Prefeitura) e no Banco do Brasil - Carteira Administrativa (Câmara Municipal) - conforme APRs e ofícios disponíveis para verificação

Marcia Amnbrozini

Adilson

Marcia

Adilson

Marcia

Adilson

Marcia

Adilson

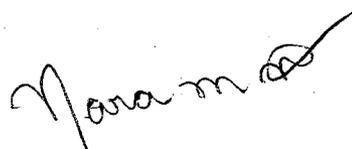
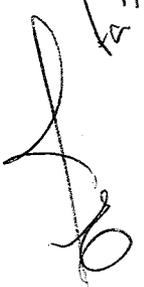
Marcia

Adilson

Marcia

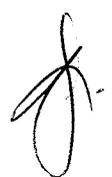
junto ao Instituto - ainda expôs que são utilizados esses fundos em função da necessidade de liquidez, sendo que hoje o repasse corresponde a aproximadamente a R\$ 8.000.000,00 porém conta com um gasto mensal bem próximo desse valor; o parcelamento de débitos previdenciários estão sendo pago em dia porém com valores calculados sobre o contrato de parcelamento anterior e que não contempla assim os valores reais em atraso (existe um outro parcelamento no valor aproximado de R\$ 900.000,00 que contemplava toda essa diferença, porém por um acordo estar em vigor, não consegue-se prosseguir com o mesmo). Citou ainda que solicitaram um documento no intuito de ter conhecimento se existe uma negativa por parte do Ministério da Previdência para realizar essa troca, uma vez que esse valor será acumulado e portanto será necessário fazer novo parcelamento, questionando portanto o Diretor Presidente se será necessário quitar um para fazer outro, tendo a resposta não necessariamente, acrescentando ainda o Diretor Presidente que se eventualmente a Pauliprev contar com algum atraso isso será apontado como irregular e com isso poderia se realizar um novo. Porém o mesmo citou que verificaria esta posição melhor, quanto a possibilidade de ser realizado um parcelamento. Seguindo o documento apresentado, Ligian citou que avaliaram as despesas e receitas e verificaram que a variação nas despesas do Instituto foram inferiores a 0,30%, estas relacionados a variação na folha de pagamento de aposentadorias, pensões e auxílio doença, acrescentando que no mês de Janeiro contou-se com um valor mais alto e menor de auxílio doença, por exemplo; no que se refere a Carteira de investimentos realizaram somente uma colocação visto que esta análise será realizada pelo comitê de investimentos e consultor, portanto só analisaram as aplicações, esclarecendo que não foi realizada nenhuma aplicação no primeiro trimestre, fechando

Manie



o mês de Março com o valor de R\$ 1.010.996.056,29, sendo observados dentre as variações de mercado que as FIPs foram os mais prejudicados, que não foram feitos outros investimentos no trimestre e que foram identificados cinco fundos problemáticos, conforme já citado na ata do comitê de investimentos -fundos já desenhados e outros que a Pauliprev é detentor de boa parte do Fundo. Sendo acrescido pela Eliete que estes fundos já encontravam-se na Carteira do Instituto, complementada pela Ligian que estes fundos foram realizados na sua maioria no ano anterior, alguns ultrapassando a porcentagem por Lei, porém são fundos que exigem carência para saque. Assim reiterou conforme ata do comitê de investimentos, que um dos fundos já foi resolvido e que está sendo avaliando um a um . Em relação a CRP, - Certificado de Regularidade Previdenciária, o Instituto encontra-se sem a mesma desde 22/02/2016. Alguns aspectos para sua obtenção estão sendo resolvidas, porém acredita com a adequação dos fundos isso se resolva.O Diretor Presidente pediu a palavra e citou que o CRP não vem sendo obtido por outra situação, que vem ocorrendo uma discrepância do cálculo pelo Ministério da Previdência, Prefeitura e Pauliprev.Sobre o Fundo FIT, o Diretor Presidente então relatou a parceria estabelecida com outro Instituto de Previdência, detentor de grande porcentagem , da substituição do gestor, sendo questionado pelo conselheiro José Carlos se irá se efetivar o resgate , tendo a devolutiva do Fábio que não neste momento por encontrar-se no prazo de investimento.O Diretor Presidente ainda acrescentou que alguns fundos que o Instituto possui com prazos superiores a 1000 dias para resgate, não depende somente da vontade da Pauliprev, depende da vontade dos demais cotistas, que além de cada comitê de investimentos dos vários Institutos existe o comitê de investimentos dos fundos, sendo necessário deliberar alguns aspectos em

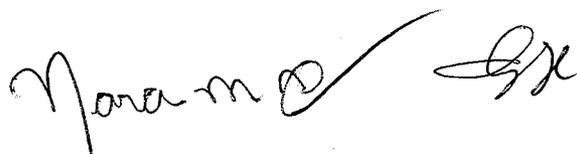
Mania



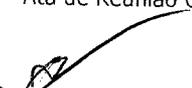
Mania  

Assembleia. O Diretor Presidente reiterou a importância da elaboração da gestão de investimentos, da política de investimentos, lembrando da apresentação do consultor financeiro da Pauliprev, Sr Ronaldo. A seguir Ligian citou que os maiores problemas que o Instituto vem obtendo ao longo dos anos foi em relação a investimentos, acreditando que uma gestão bem elaborada, uma política boa, uma discussão ampla, agradecendo portanto o Diretor Presidente por proporcionar esta discussão junto aos conselheiros. A seguir Ligian apresentou cópias do repasse da Câmara, Prefeitura, termos de parcelamento, o CRP, a ata do comitê, lembrando ainda que a documentação poderia ser acessada através do site. Citou dos contratos que já estavam em vigor, contas para funcionamento do Instituto, não apresentando no primeiro trimestre nenhum gasto diferenciado. A seguir acrescentou da importância de salientar a iniciativa própria, visando o favorecimento do Instituto, relatando a mudança que gerou um ganho a Pauliprev. Segundo a conselheira os holerites eram impressos e feitos dentro do Instituto, porém o servidor Admilson realizou uma pesquisa e verificou que imprimindo em outro local, isto teria um custo de R\$ 0,20 portanto geraria uma economia de R\$ 535,00, e com isso um valor anual de R\$ 6.426,00 só de impressão. Assim, acha válido a importância de buscar reduzir custos, lembrando que o valor hoje gasto mensalmente é bastante impactante se comparado com o valor repassado, portanto da necessidade de se criar mecanismos de economia, atentar-se as aplicações e cálculo atuarial. Salientou a seguir que tem conhecimento que os servidores ativos contarão com gratificação, portanto o que poderá impactar no momento da aposentadoria. Jose Carlos então questionou a questão da confiabilidade em relação a confecção dos holerites, tendo a devolutiva do Admilson que os mesmos são impressos na Pauliprev (empresa Klintec). O Diretor

Manis



Presidente citou da importância da transparência quanto às informações em relação aos valores recebidos (conselheiros, Diretorias, aposentadorias, pensionistas, afastados, etc), sendo que a Pauliprev começará realizar a divulgação dos dados, visto obrigatoriedade. Citou como exemplo que o valor em Dezembro/2016 pago aos servidores afastados correspondia a R\$ 1.300,000,00, tendo caído mês a mês, sendo que no mês de Junho chegou a R\$ 992.000,00 aproximadamente, tendo previsto para Julho um valor ainda inferior. A seguir citou que medidas de caráter judicial também serão efetivadas, situações de pessoas que não comparecessem em perícias estão tendo suspensos seus pagamentos. O Diretor Presidente então citou do contato com a conselheira Sandra com o Secretário de RH e discussão de questões que envolvem o cálculo atuarial. Segundo o Diretor Presidente para realização do cálculo atuarial é necessário preencher várias variáveis (idade, estado civil, se possui ou não filhos, atividades anteriores) portanto dependente de recadastramento, ou seja, de um censo funcional, ação está que será realizada pelo RH. Após a realização deste censo, será possível o Instituto realizar o cálculo atuarial, sendo pulverizado desta forma o realizado no ano anterior, mostrando assim a realidade. Ligian então citou que muitos ao verem o valor que hoje o Instituto possui, muitos avaliam que há muito dinheiro, no entanto este dinheiro terá que garantir até que o "ultimo" funcionário se aposente. Citou também que será muito complicada a resolução sobre a questão das verbas, porque os servidores já pagaram sobre isso, inúmeras aposentadorias glosadas, que quer fazer o que está dentro da Lei, que não quer que prejudique nem o Instituto nem o servidor, mas como conselheira tem que garantir que todos tenham direito da aposentadoria e pensão. A seguir citou que os documentos referentes aos meses de Abril, Maio e Junho já estão prontas, no entanto

Manoel m  

Manoel







solicitaram que alguns documentos sejam anexados, solicitando assim que o parecer deste Conselho referente ao segundo trimestre fosse apresentado ao final do mês de Julho. Eliete então questionou que assim que as avaliações ficarem atualizada, qual seria a proposta do Conselho Fiscal, ficando estabelecido que na segunda reunião de cada mês será apresentado o parecer referente ao mês anterior. Ligian a seguir agradeceu o Diretor Presidente, pelo empenho dos funcionários da Pauliprev que muito contribuíram na agilização da organização dos documentos. O conselheiro Reginaldo pediu a palavra a seguir e expos que na verdade nunca existiu cálculo atuarial e que a fala que está desatualizado é na verdade uma mentira, uma vez que nunca contou com variáveis, portanto eram utilizados dados fictícios, pois não existe parâmetro. A seguir Fábio lembrou que existe na Lei uma porcentagem limite (24%) no valor de contribuição da Prefeitura, desconhecendo se esse valor será reajustado, lembrando do ocorrido na cidade do Rio de Janeiro. José Carlos então ressaltou que considerando o número de servidores, número de aposentados, afastados, investimentos hoje em risco, acredita que com a redução da Selic chegando a mesma daqui dois anos a 5% a 6% e o aumento em 30% a 40% de aposentados, se começará consumir parte do valor hoje de liquidez, o que ocasionará assim recursos somente para 10 anos. Marcia Ambrozini citou a seguir que teriam discutir a contribuição do servidor, exemplificando que durante anos um determinado servidor contribui com um determinado valor e carga horária, porém nos dois últimos anos ele dobra essa carga horária e diante da questão de paridade, ele irá aposentar com o último salário, ou seja, ele contribui anos por 20 horas porém se aposentará com 40 horas, calculo este que não foi avaliado anteriormente, por outro lado ele tem esse direito. Nivia então citou que isto verifica por ocasião da ficha financeira de um

maria

J.

WPA

J

S

de

WPA

J

Marcia *J*

professor horista, onde se apresenta uma crescente nos últimos cinco anos (nos últimos anos uma carga máxima). Ligian então citou que como conselheira não pode ser a favor disso, é direito porém onerará o salário de todos, sendo necessário pensar em todos os servidores, é imoral, sendo sugerido que se mudasse a Lei. Marcia Ambrozini citou que falta mecanismos da Prefeitura, sendo alertada por Nivia e Reginaldo da importância da existência de uma Lei para amparo legal. Sandra concordou com a colocação, citando que muitos aposentam mensalmente e não ingressam novos servidores, sendo complementada ainda pela Nivia que em média há 10 demissões /mês, lembrando a média de aposentadorias mês - cerca de 20. Eliete ainda lembrou que a CISMETRO apesar de ser divulgada que realizou concurso para "reserva" já conta com vários funcionários atuando na área da Saúde da Prefeitura. Ligian lembrou dos casos de redução de carga horária, sendo acrescentada por Fábio dos casos que reduzem carga horária porém depois gera horas extras. O Diretor Presidente então pediu a palavra e exemplificou uma situação onde um servidor altera sua carga horária de 40 para 20 horas, para que se possa chegar e ter condições de pagar esta paridade, deveria-se ter esse cálculo médio e isso nunca foi realizado, da ausência de um cálculo de impacto na Pauliprev, lembrando que o aumento concedido de 4,8% aos servidores ativos, não contou com impacto previdenciário assim como a gratificação que será concedida. Ligian buscou exemplificar para elucidar que com isso as contas de demais Institutos geralmente contam com "quebras. Valmir então citou que a própria Previdência já alterou a questão dos últimos cinco anos, portanto a necessidade de rever este aspecto acrescentando a seguir a questão da relação de amizade de servidores de carreira com gestores públicos no final de seu tempo de serviço, contando com cargos e com isso aumentando seu salário. Reginaldo pediu a palavra

Marcia

S.

ambrozini

S.

S.

S.

1/2/2017

S.

S.

Marcia m. [assinatura]

e citou que a Lei 17 dá o direito de optar em reter em relação ao seu salário normal ou de salário contribuído, o que gera um problema quando chega na Pauliprev. A seguir Nivia esclareceu que caso um servidor conte um cargo de carreira ele contará com descontos em cima do seu salário total, porém no caso de cargo de comissão isso não se efetiva, salvo se ele fizer esta opção. A seguir lembrou também que muitas chefias antigas incentivavam seus funcionários a realizarem horas extras ao final do seu tempo de trabalho visando a incorporação quando do momento da aposentadoria. Valmir então expôs o impacto que será sentido na Pauliprev com as novas nomeações de cargos de confiança na proporção de 40% para servidores de carreira. Com isso o Diretor Presidente apresentou seu posicionamento avaliando a necessidade dos Conselhos provocarem tal situação, encaminhando um ofício à Prefeitura no sentido de deixar claro se optarem por não fazerem a base de cálculo no cargo de comissão, os impactos serão sentidos no futuro. Adilson então citou que a comissão de base previdenciária vem debatendo exatamente tais questões, portanto quando oficializado que seja agendado uma reunião com Dr Douglas além da comissão. O Diretor Presidente a seguir acrescentou que será agendado uma reunião com o Prefeito , Pauliprev, equipe do RH, a comissão de base previdenciária e Dr Douglas para que este assunto seja debatido e adotados posicionamentos. Nivia citou que quando algum servidor contempla um ano de cargo de comissão , incorpora o valor e já incorpora 1/8 no básico para que ocorra contribuição em cima do montante. Reginaldo então expos da necessidade de legalizar tal situação, fazer uma emenda no Art da Lei 17 deixando mais explicito a questão que apesar da opção do servidor que a partir da incorporação de 1/8, da realização do desconto. Nivia então questionou qual seria o tratamento que a Pauliprev realiza quando

Nuvia

J.

Adilson

S

S

S

S

S

S

Marcelo

SR

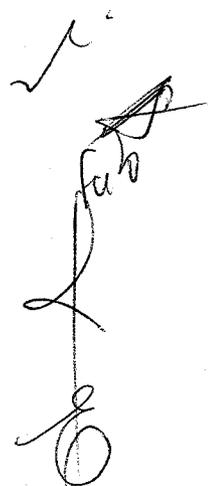
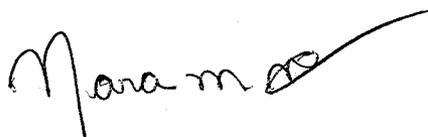
com relação a diferença do cargo de comissão que está no holerith do mesmo, o que fez o Diretor Presidente se posicionar citando que senão vem contido na base de cálculo como realizará o pagamento, alertando que esta indagação começará a ser feita, somente entrará com a autorização expressa do servidor. Eliete então retomou que a a proposta então voltar-se-a com uma reunião com o Prefeito contanto com a participação do Dr Doulgas, comissão da base previdenciária, Pauliprev, Rh acrescentado ainda pelo Diretor Presidente a importância da participação da área de Finanças, frente ao impacto também nesta área, ficando o mesmo responsável em contatar o consultor jurídico. Foi lembrando pelas conselheiras Nivia e Sandra que a comissão teria se reunido com o mesmo em 05 de Junho, onde baseada nas Leis municipais,o consultor ficou de apresentar uma proposta em forma de ante projeto para regularizar os descontos ou não para base previdência, (verbas transitórias, permanentes , indenizatórias,dar opção ao servidor)primeiramente para apresentação á comissão , depois ao Conselho e Prefeito. O Diretor Presidente então expôs que talvez ele não tenha conhecimento da situação apresentada anteriormente. Iria então pediu a palavra e citou que Ligian do Conselho Fiscal e do comitê de investimentos ela, Reginaldo , Fábio pensando do cálculo atuarial estes falharam, apesar das cobranças sistemáticas, entendendo que a vida do Instituto depende de um cálculo atuarial sério, sempre acreditando nos gestores que passam e que diziam que iriam fazer o correto.Citou a seguir a importância da Pauliprev contatar os vereadores, objetivando explicar o futuro do Instituto,uma vez que se observa o beneficiamento de uma categoria, que contrapartida poderá prejudicar a Pauliprev, acrescentando que enquanto o Legislativo não entender do que se trata o Instituto, todos serão prejudicados. Lembrou ainda que quando os servidores optaram pelo regime

Manie

[Handwritten signature]

estatutário , foi prometidos todos direitos, portanto quando se vem com propostas para tirar tais benefícios , torna-se necessário levar para a base para explicar , talvez fazendo reuniões setoriais. Citou portanto da importância do Executivo e Legislativo juntos para poder caminhar. O Diretor Presidente então sugeriu a realização de uma audiência pública , para que tantos os vereadores participassem, servidores, gestores, Conselhos, podendo os vereadores escutar e debater com os demais segmentos. Iria sugeriu ainda a presença do Tribunal de Contas. José Carlos então pediu a palavra e expôs que a audiência pública torna-se muito importante porém convencer vereadores frente a questão política avalia como difícil. Valmir então citou que ele poderá até cometer erro porém sabendo que está, apresentando com isso maior responsabilidade. José citou que este é o papel do Conselho, porém o político pensa na eleição futura, cabendo ao Conselho o alerta sobre a sustentabilidade do Instituto, não devendo esperar muito dos mesmo. Reginaldo pediu a palavra e lembrou que o papel do vereador não é criar lei. O Diretor Presidente então esclareceu que o objetivo é que tendo conhecimento de uma proposta, os vereadores tenham condições de questionar. Por isso a reunião com o Prefeito e posteriormente na sequencia a efetivação de audiência pública, e com base nisso tem-se uma definição, tendo a ciência dos vereadores e daí elabora-se o Projeto de Lei. Iria expos que a partir dessa ação os vereadores poderão entender dos prejuízos para todos e tratar o servidor com igualdade.

Terceiro item da ordem do dia: Segundo o Diretor Presidente, ainda aguarda-se o parecer do consultor jurídico ,para então abertura de licitação (Dr Douglas encontrava-se na semana de 27 a 29 de Junho em Congresso em Maceió)



Quarto item da ordem do dia: O Diretor Presidente citou que não há nenhum tipo de contratação de consultoria em andamento. Já no caso da auditoria encontra-se justamente aguardando orçamentos.

Quinto item da ordem do dia: Já foram colocadas as esquadrias e placas e com ISS já se podia verificar melhor o espaço, devendo após a reunião, realizarem visita no local, convidando inclusive o jornalista presente Miguel Samuel para também conhecer o espaço.

As 9 horas o Presidente do Conselho registrou e agradeceu a presença do Vereador Tiguilá.

Sexto item da ordem do dia: O Diretor Presidente citou inicialmente a existência de um número elevado de servidores afastados por auxílio doença (antes 336 e atualmente 191). Que no dia posterior a perícia o servidor é comunicado do entendimento do médico (muitas vezes contrário ao mesmo), ressaltando que o parecer do médico do trabalho e do perito prevalecem sob o entendimento do médico particular. Com isso muitos servidores não concordam com o parecer apresentado, oportunidade em que o Diretor Presidente relatou que foram constatadas situações de afastamento de 10, 12 anos até de 1 dia. A seguir citou que não é contrário ao servidor se afastar para tratamento de saúde, ao contrário, é uma garantia enquanto servidor. No entanto foi identificado algumas situações que levaram a indagações se estes afastamentos eram legítimos ou não e que a partir de um serviço de investigação foram identificadas várias irregularidades - servidor afastado a mais de 10 anos que faz parte do capital social de uma empresa, é dirigente desta empresa além de trabalhar na empresa, não citando nomes porém exemplificando o caso de uma função:

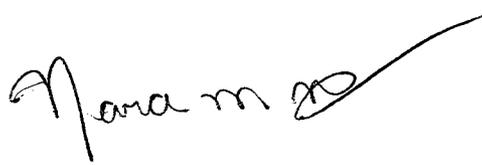
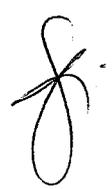
Marcos

Marcos

[Handwritten signatures and initials]

professora, onde é dona de uma escola , é dirigente e ainda leciona porém é afastada da Pauliprev, porém quando se encaminha ao Instituto faz uso de cadeira de rodas e balão de oxigênio. Segundo o Diretor Presidente isto caracteriza uma fraude, sendo que já foi representada no Ministério Público. Portanto avalia a importância que todos tenham ciência assim como todos que assistam o vídeo , reiterando que aqueles que de fato necessitarem do afastamento, a Pauliprev será o primeiro que buscará que estejam cobertos pelo Instituto porém que os que cometerem fraude irã responder além de improbidade administrativa - órgão público, suspensão de direitos políticos, não contará com este temo para previdência, acrescentando ainda que se antes isso se efetivava , não mais ocorrerá. Sandra pediu a palavra ressaltando que o servidor deve lembrar que quem paga os afastados é a Pauliprev, citando ainda que os que se encontram afastados realmente é justo que todos paguem pelos mesmos, portanto os que estão fraudando estão fraudando além do Instituto também os próprios colegas. Finalizando expressou que o Instituto não está saindo a "caça as bruxas" , na verdade está se buscando fazer o que é justo , sendo lembrado pela conselheira Márcia a sobrecarga aos demais servidores, portanto não corresponde a uma ação de perseguição aos afastados, busca-se que as pessoas que encontram-se doentes permaneçam afastados, pois sabe-se que a Prefeitura muitas vezes não oferece condições de trabalho adequada, recursos humanos insuficientes, chegando inclusive a adoecer. Porém a Pauliprev não pode manter a situação de servidores afastados a vários anos , montando seus próprios negócios, viajando. Eliete a seguir citou que além do já citado , uma vez afastado muitas vezes não se repõe pessoas nos postos de trabalho, visto a existência de uma vaga atrelada a pessoa afastada, citando ainda que muitos colegas ainda conhecem o fato porém não denunciam perpetuando

Marcia



uma situação e queixando-se muitas vezes em rede sociais . Iria então pediu a palavra e expos que com tudo isso falta seguir a Lei, uma vez que com 2 anos de afastamento o servidor deverá voltar ao trabalho ou ser encaminhado a aposentadoria por invalidez. O Diretor Presidente pontuou que ao longo de 6 meses de gestão verificou-se, que não havia nenhum apontamento do médico após o período de 2 anos quanto ao encaminhamento no sentido para o aposentadoria. Recentemente ocorreu a mudança dos 6 médicos assistenciais, para 2 novos médicos, concursados, não terceirizados portanto. Com isso o procedimento atual efetiva-se através da pericia , tendo opção de alta , o servidor é encaminhado ao DEESMT, tendo o entendimento do médico do trabalho que o servidor não possui condições para o trabalho, o servidor retornará à Pauliprev, sendo realizado portanto uma revisão da situação .Mantendo o parecer quanto a capacidade laboral, o servidor é reencaminhado ao DEESMT. Caso neste momento o DEESMT mantenha a condição de inapto assim como conforme solicitação de revisão do caso pelo servidor, será efetivado uma junta médica, o que gerará uma avaliação do caso definitivo, sendo que se for avaliado a capacidade laborativa poderá ser readaptado, relotado ou encaminhado para aposentadoria por invalidez, o que não quer dizer que se manterá nesta condição definitiva , porém se tiver alguma atividade profissional particular será verificado, obrigação portanto deste acompanha neto por parte do Instituto. Com isso o Diretor Presidente citou que não há necessidade de discutir com o servidor o parecer médico, motivo pelo qual vem solicitando a contratação de uma vigilância diária diurna. Segundo o Diretor Presidente um servidor teria se exaltado, ameaçando a recepcionista do Instituto ,e que uma outra ação foi impedida, frente a chegada de outra funcionária no local, o que requer a necessidade de se manter um segurança na

Marcia

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Marcia *[Handwritten signature]*

Pauliprev. Assim , O Diretor Presidente expressou que diante da não concordância de uma decisão, o servidor tem direito de solicitar revisão mas não agindo com força. A seguir relatou que outra servidora fez uma reclamação verbal citando que faria um boletim de ocorrência. Desta fumar, compreende que os servidores precisam entender que é uma situação particular com relação ao entendimento do médico, DEESMT e de uma junta médica. Caso não possua a capacidade plena o servidor poderá ser readaptado, relotado ou ainda readequado, procedimento a ser efetivado pela Prefeitura e não pela Pauliprev. Expos que a funcionaria da Pauliprev não optou em fazer boletim de ocorrência, sendo que a outra servidora que citou que faria Boletim de ocorrência, passou mal , porém ao se buscar o SAMU , não negou-se em fazer uso do mesmo , sendo encaminhada ao Hospital por uma Fiorino. A seguir a servidora Aristeia pediu a palavra para expressar sua opinião como servidora, expondo que encontrava-se afastada frente a um cirurgia em seu joelho. Entende que é um procedimento que está sendo tomado e portanto não é um perseguição, concordando assim que existe pessoas que burlam, mas que por outro lado, expressou no entanto as dificuldades quando do momento de readaptação , readequação , visto que não encontram atividades para que isso se efetive, que o sistema não contribui. Sandra pediu a palavra e complementando a fala da servidora e ao mesmo tempo considerando o contato com o Secretário com RH, ressaltou que ficou estabelecido que o médico do DEESMT participará da junta médica . Aristeia então relatou a experiência anterior onde teria contado com avaliação de junta médica, solicitando a seguir o apoio quanto neste processo visto as dificuldades neste aspecto quando do retorno ao trabalho. O Diretor Presidente então citou que nada está sendo escondido, inclusive está sendo filmada a reunião. A servidora então citou que compreende a posição , que é um

Manie

J.

um

h
h

h

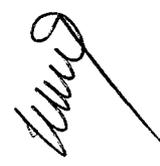
Manie *Ex*

posicionamento difícil. O Diretor Presidente a seguir citou que nos casos de afastamentos superiores a 24 meses, também é um direito, uma vez que há necessidade de se aposentar por invalidez, uma vez que não conseguiu reunir capacidade laborativa durante este período. Aristeia a seguir citou que fica cômodo para quem está afastado a tantos anos, uma vez que é melhor manter o salário afastada visto ser integral, do que se aposentar por invalidez uma vez que se reduz o mesmo (proporcional). O Diretor Presidente retomou a seguir o caso da professora afastada a 11 anos, onde a mesma é proprietária de Escola, sendo sugerido pela Aristeia nestes casos quando da realização de concurso e portanto de equipe própria, a visita da Assistente Social. O Diretor Presidente então retomando a sua fala, citou que no caso desta professora, a mesma já foi representado, ficando ainda sabendo recentemente que a mesma entrará com pedido de aposentadoria. No entanto este caso necessitará aguardar a solução do caso, citando ainda que será também representada na Prefeitura, para efetivação de sindicância, podendo perder a função pública, restituir o valor recebido, contará com multa, suspensão de direitos políticos, acreditando esta que contará com tremenda vantagem porém estará acabando com sua vida. Aristeia a seguir citou que tem -se de fato "endurecer" visto os casos das pessoas que estão se beneficiando de forma indevida, porém que esta conta de fato com problemas de saúde, ficando assim todos com esta imagem negativa. Iria então pediu a palavra e expos da necessidade desses servidores serem melhores acolhidos quando do retorno ao trabalho, parecendo-lhe que o servidor não "serve mais", passando a ser desrespeitado, avaliando desta forma que o culpado desta questão são os gestores, os Prefeitos, necessitando do mesmo o compromisso de entender o tempo que aquele servidor dispensou ao trabalho. Aristeia acredita que isto corresponde a uma cultura já instalada,

Maria m  

Maria



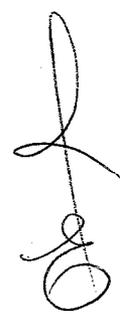












tanto para as chefias como dos servidores. Finalizando pediu quando da realização da auditoria, se possível que seja abordado este assunto . O Diretor Presidente pediu a palavra e citou que entende que não é culpa do Prefeito , do servidor, efetivamente existe uma situação inadequada que precisa contar com uma conduta diferente, que não se pode manter pessoas "encostadas", recebendo salário, fazendo faculdade , atividades diversas ao que foi contratada, encontrar-se no exterior,efim, e manter recebendo seu salário na Pauliprev. Ligian citou sua preocupação com os custos dos afastamentos, salientando que muitas vezes uma pessoa não está boa para trabalhar na sua função porém está boa para ficar no bar da esquina bebendo cerveja . A seguir citou da existência de afastamentos menores de dois anos, sendo que a pessoa não pode trabalhar porém está com uma loja on line, ou fazendo politicagem no facebook, tomando cerveja no Paulinense, solicitando assim uma reunião com perito para expor todas as perguntas que possui,precisando desta forma pensar em um plano para tais casos. O Presidente do Conselho então retomou a palavra e solicitou que se votasse na solicitação inicial.Sandra pediu a palavra para oferecer algumas sugestões. Sandra então sugeriu que a Pauliprev contasse na recepção com um homem, o que inibiria de certa forma possíveis desconfortos. Já a conselheira Nivia sugeriu contar com um Guarda desarmado ou Vigia. O Diretor Presidente citou que anteriormente contava com a presença do Guarda Jorge "Urso" porém o mesmo foi requisitado pelo Forum.Segundo o mesmo, a própria Promotora sugeriu a atenção a sua segurança pessoal, tendo em vista o Diretor Presidente ter iniciado ações "mexendo em vespeiro". Com a saída do Guarda foi alertado ao mesmo que não há ninguém para lhe repor, no entanto entendendo que é uma deliberação do Conselho. Eliete então sugeriu que se oficializasse o pedido à Guarda e Guarda

Nuvia

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Noturna, o que fez o mesmo responder que já teria realizado de forma verbal, tendo a devolutiva negativa. Marcia Ambrozini pediu a palavra e sugeriu que deveria contar com a contratação até pensando que o prédio conta com outro andar, que quando se interfona abre-se a mesma para qualquer pessoa, podendo-se realizar um contrato por período pequeno até que se obtenha resposta da Guarda quanto a possibilidade de ceder algum funcionário. Iria expos que além de contar com segurança contratada a Câmara conta com três Guardas, que poderia se solicitar um deles para Pauliprev. O vereador Tiguilá pediu a palavra e citou que a Pauliprev poderia contar com um espaço físico da Prefeitura doado ao Instituto, se fazer uma adaptação que hoje vem sendo realizado em uma área particular, e que certamente a Pauliprev contaria com uma economia importante. Que poderia ainda contar com o apoio da Guarda como se tem na Câmara, acrescentando que não tem como dizer que a Pauliprev não anda junto com a Prefeitura, se poderia ainda contar com algum carro parado (Astra, Vectra) que encontra-se no barracão, que ao mesmo tempo que se busca efetivar algumas economias acaba dependendo recursos em itens que se poderia obter através da Prefeitura. O Diretor Presidente então pediu a palavra que concorda com a posição do mesmo, porém tais aspectos foram solicitados tendo sua rejeição. O Vereador então citou que há necessidade de se deixar claro que a Prefeitura está negando para a Pauliprev, tendo a devolutiva do Diretor Presidente que a negação partiu da Câmara. Tiguilá então citou que o prédio do Caco foi ofertado porém não foi aceito, o que foi negado pelos conselheiros, que na verdade foi solicitado pelos mesmos porém tal proposta não foi acatada. A seguir José Carlos pediu a palavra e retomou as medidas adotadas visando diminuição de custos (mudança de prédio, nova empresa locadora de veículos) demonstrando a seguir sua preocupação em contratação de

Marcia

J.

amb

J.

J.

J.

J.

J.

J.

Marcia

J.

vigilantes frente sua experiência em banco, acreditando que os Guardas possuem melhor preparo no trato de pessoas, visando com isso não contar com mais problemas para administrar. Fabio sugeriu a verificação de algum Guarda com necessidade de contar com reabilitação. Já Sandra relatou conhecer um Guarda que encontra-se na ativa que teria citado que talvez necessitasse se afastar considerando suas atividades atuais. O Diretor Presidente questionou que a solicitação seria enquanto posto de serviço pois caso seja cedido o custo será da Pauliprev, tendo a devolutiva que então seria como posto de serviço. Assim, estabeleceu-se que será enviado à Secretaria de Segurança uma solicitação através de ofício esta necessidade do Instituto

Sétimo item da ordem do dia: ficou estabelecido que o material apresentado seria enviado via email para ciência de todos conselheiros. O Diretor Presidente citou que quando da contratação do quadro próprio da Pauliprev, tais atividades serão desempenhadas, faltando somente de profissionais regulamentados que todos conhecem as atividades, que o material entregue corresponde somente a parte administrativa.

Eliete pediu a palavra e questionou o Vereador presente e Presidente da CEI - Comissão de inquérito, sobre a licitação ocorrida na mesma semana para realizar auditoria. O Tiguilá citou que teria ocorrido no dia 26 de Junho, citando que a empresa conhecida, sendo complementado pelo conselheiro Fábio que é uma grande empresa, que um dos sócios é militar, capacitada considerando seu histórico, o que fez Eliete questionar o nome da mesma, tendo a devolutiva que denomina-se Maciel Auditores, sendo que o Vereador citou que convidará as conselheiras para conhecer a empresa.

Maria m

Maria

f.

uuu

Jo

S

Fabio

L

Jo

A seguir o Presidente do Conselho verificou as possíveis datas para realização das reuniões do mês de Julho, ficando estabelecido os dias 11 de 25 de Julho, sendo que nesta ultima data ocorrerá reunião conjunta com o Conselho Fiscal para apresentação do parecer das contas referentes aos meses de Abril, Maio e Junho do corrente ano.

O conselheiro Adilson justificou antecipadamente sua ausência na reunião conjunta no dia 25 de Julho, visto encontrar-se em viagem.

Márcia Ambrozini solicitou a palavra justificando que não teria assinado os relatórios trimestrais visto que neste período ainda não era conselheira. A seguir Eliete questionou Ligian se o Conselho Fiscal teria já a data da próxima reunião, tendo a devolutiva que ocorrerá na segunda semana do mês de Julho, devendo divulgar posteriormente no grupo no whatsapp.

O Diretor Presidente agradeceu a presença de todos e ao Vereador Tiguilá pelo espaço cedido, solicitando que levasse aos demais Vereadores o agradecimento do Conselho.

Não havendo mais deliberações, encerrou-se a reunião as vinte horas e quarenta e nove minutos, sendo transcrita a ata e assinada por todos os conselheiros.

FERNANDO JOSÉ ROVERI
Presidente Cons. Administrativo

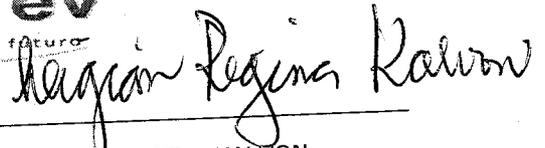
ELIETE MARIA DA SILVA
Secretária Cons. Administrativo

Marcia

[Handwritten signature]


GUILHERME HOFF

Conselho Administrativo


LIGIAN REGINA KALVON

Conselho Fiscal



JOSÉ CARLOS SOUTO DE PROENÇA

Conselho Administrativo



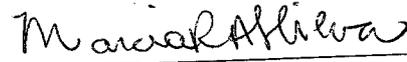
FÁBIO CECCONELO

Conselho Fiscal



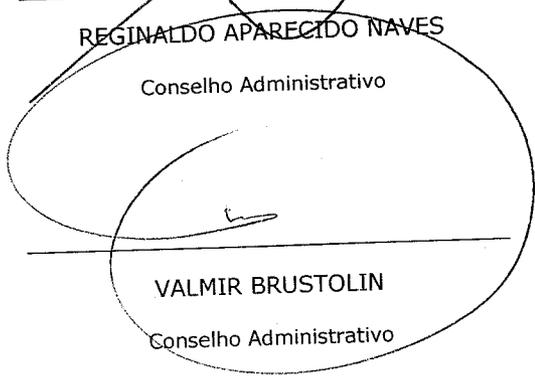
REGINALDO APARECIDO NAVES

Conselho Administrativo



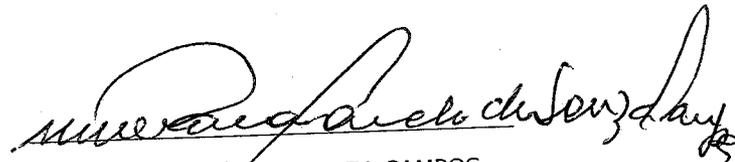
MÁRCIA REGINA A. LOPES DA SILVA

Conselho Fiscal



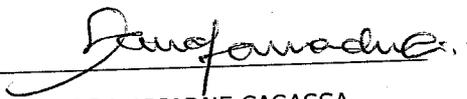
VALMIR BRUSTOLIN

Conselho Administrativo



MÁRCIA CONDE DE SOUZA CAMPOS

Conselho Fiscal

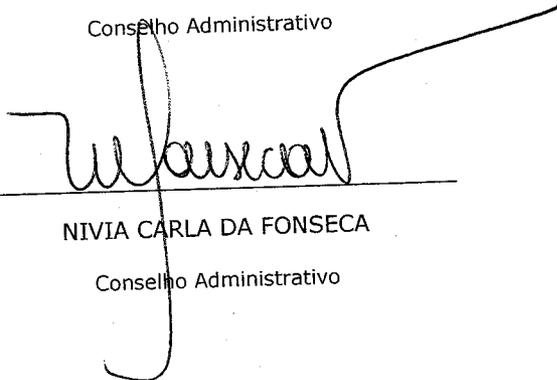


SANDRA ARIADNE CASASSA

Conselho Administrativo

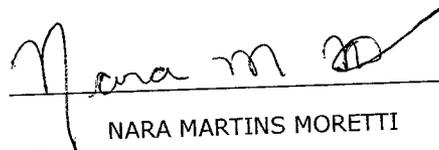
ADILSON DE ALMEIDA LIMA

Conselho Fiscal



NIVIA CARLA DA FONSECA

Conselho Administrativo



NARA MARTINS MORETTI

Conselho Administrativo